

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 21 SETEMBRO DE 2007

-----Aos vinte e um dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Fixação da Taxa da Derrama;**-----

-----**2. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----

-----**3. Regulamento Municipal sobre o Cartão Jovem;**-----

-----**4. Recomendação à Câmara Municipal no sentido de assumir uma atitude pró-activa no cumprimento ao Decreto Lei 195/99 de 8 de Janeiro, alterado pelo Decreto Lei nº 100/2007 de 2 de Abril;**-----

-----**5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: Amaral António Ferreira Ribeiro (P.S. – Justificada), Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga / Falta Justificada - PPD/PSD), José Ferreira da Silva Coelho (Renunciou ao mandato – PPD/PSD), José Jorge Couto Vala (PPD/PSD – Pediu a suspensão do mandato por 30 dias), Manuel Carvalho Amado (Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal - Falta Justificada – PPD/PSD).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves e Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou verbal que estes apresentaram dentro do prazo regimental. Fez ainda menção à carta que **José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD)** enviou a esta Assembleia manifestando a vontade de renunciar ao mandato, aceitando-a e processando-se a substituição nos termos do artigo 79º da mesma lei. Assim e encontrando-se presente na sala o membro seguinte na lista de eleitos o senhor **João Pedro da Silva Pinheiro**, que exibiu o BI nº 11811692 de 31.03.2005 emitido pelo Arquivo de Identificação de Leiria, verificou-se a legitimidade do mesmo, tendo tomado posse. Face ainda ao pedido de suspensão do mandato por 30 dias pelo eleito pelo PPD/PSD, **José Jorge Couto Vala**, foi chamado também para o substituir por esse período, o senhor **José António Sousa Calado**, que igualmente apresentou o seu BI com o nº 6992403, de 26.03.2003, emitido pelo arquivo de identificação de Leiria, tendo igualmente sido verificada a sua legitimidade para assumir funções.-----

-----**2. LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, que terminando disse que a documentação se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontrava arquivada nos serviços administrativos da Assembleia e disponível para consulta.-----

-----3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior, e não tendo havido pedidos de intervenção foi a mesma posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria com duas abstenções**.-----

-----Ainda antes de entrar no período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra para falar sobre o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, dando conta que, desde a última sessão da Assembleia a Comissão que foi constituída para esse fim, reuniu e convidou todas as escolas do concelho de Porto de Mós a participarem no concurso "A minha escola contra a discriminação", dizendo que em reunião com as escolas e tendo a colaboração do senhor Vereador do Pelouro da Educação, se redigiu o regulamento para o concurso que será lançado durante este ano lectivo. Acrescentou ainda, que a divulgação será feita logo que a Câmara Municipal manifeste a sua aceitação relativamente ao suporte financeiro e logístico do concurso. Apelou ainda ao envolvimento dos presentes na divulgação desta iniciativa.-----

-----Referiu depois uma questão de ordem prática e que tem a ver com o facto de na última sessão se terem aqui aprovado moções que não referem as entidades a que se destinam, depois de aprovadas, pedindo que os Grupos Municipais que os apresentam, o façam.-----

-----4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):**-----

-----Usando da palavra fez uma recomendação à Câmara para que quando se fizerem alcatroamentos na zona das grutas em Mira de Aire, se aplicasse não alcatrão mas sim calçada, dado que se trata de uma zona de protecção especial. Referiu ainda as obras relativas ao saneamento que se iniciaram na vila de Mira de Aire. Fez menção às casas que a Câmara adquiriu em Mira de Aire e que estão em ruínas, dizendo que se devia proceder à sua demolição. Quanto ao pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire, referiu o mau estado em que o mesmo se encontra. Referiu-se depois ao Mercado de Mira de Aire, que em sua opinião estará condenado a fechar se a Câmara Municipal não fizer ali uma intervenção séria. Lamentou ainda o estado em que o caminho da nascente da Pena se encontra, estando o mesmo entulhado e solicitando uma intervenção da Câmara Municipal.-----

-----**António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (P.S.):**-----

-----Referiu o facto de algumas coisas que queria mencionar o terem sido pelo anterior interveniente, reforçando o estado de degradação em que se encontra o pavilhão desportivo de Mira de Aire.-----

-----Quanto à Zona Industrial de Mira de Aire, disse ainda que a mesma merecia algum cuidado por parte da Câmara Municipal, pois parece estar votada ao abandono, estando as zonas dos passeios cheias de ervas apresentando um aspecto pouco cuidado o que poderá afastar eventuais interessados em lá se fixarem.-----

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse querer perguntar-lhe, relativamente à descida de Alvalados, para quando a pintura do pavimento. Referiu ainda a ausência de sinalética para informar da localização da Junta de freguesia de Mira de Aire.-----

---Disse ainda que gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe explicasse qual a impossibilidade de se impedir o estacionamento, junto ao banco Totta na entrada na vila de Porto de Mós, referindo as situações de perigo que ali acontecem todos os dias.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu-se à construção do hotel na várzea, dizendo ter ouvido que foi alterada a garantia bancária que existia a favor da Câmara e que estava depositada pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresa detentora do hotel, questionando para nome de quem se processou a alteração, se os prazos da garantia se mantêm e se se trata de um projecto para avançar um não.-----

-----Fez depois referência ao TGV, dizendo que está neste momento a decorrer o estudo de impacto ambiental, perguntando se a Câmara já se debruçou sobre o assunto e se já existe alguma posição, porque haverá três traçados possíveis que atravessam o concelho de Porto de Mós.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (P.P.):**-----

-----Interveio pedindo a intervenção da Câmara Municipal para pressionar o proprietário do edifício que se encontra numa das entradas da vila de Porto de Mós, e que foi uma oficina de automóveis, para resolver a situação de degradação em que o mesmo se encontra. Perguntou depois sobre a situação do hotel, que para si, nunca esteve suficientemente esclarecida, dado que segundo leu nos jornais, apareceu agora a hipótese de construção de um outro hotel que pensa dever ser viabilizado, pois não acredita que o primeiro venha a ser construído.-----

-----Fez ainda menção aos possíveis traçados do TGV que atravessará o concelho de Porto de Mós manifestando a sua preocupação relativamente a este assunto.-----

-----Referiu-se depois à VDG1 e ao estado de degradação que os passeios apresentam, com a calçada todas levantada.-----

-----Fez depois uma breve referencia ás barreiras arquitectónicas na vila de Porto de Mós, questionando o senhor Presidente da Câmara, quanto à resolução do problema do acesso por pessoas com deficiência ao restaurante das Piscinas Municipais. Elencou depois algumas pequenas intervenções que dependerão mais da boa vontade do que de um grande investimento, tais como rebaixamento de passeios, intervenção ao nível de bebedouros públicos e casas de banho entre outros.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (P.S.D.):**-----

-----No uso da palavra, referiu que uma das questões que pretendia abordar já o foi pelos membros que intervieram anteriormente, e dizia respeito à problemática do TGV, acrescentando que será certamente respondido pelo senhor Presidente da Câmara.-----

-----Outra questão que colocou foi sobre a suspensão parcial do Plano Director Municipal acompanhada das respectivas medidas preventivas que teve aqui lugar na sessão da Assembleia de 17 de Fevereiro de 2006, para dar oportunidade de implantação de uma grande empresa no concelho de Porto de Mós, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre essa situação, ou seja se a empresa já veio ou se há-de vir.-----

-----Terminou a sua intervenção pedindo que se fizesse o ponto de situação acerca da variante a Porto de Mós.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por referir a aquisição do equipamento para gravação das sessões da Assembleia.-----

-----Á recomendação de **Carlos Alberto Gomes Jorge** para substituição de alcatrão por calçada na zona das Grutas de Mira de Aire, reconheceu a pertinência daquela, respondendo que seria uma coisa para ponderar conjuntamente com a Junta de Freguesia de Mira de Aire. Quanto ás obras de saneamento, referiu que esta é uma questão, seja em Mira de Aire ou no resto do concelho, que urge por várias razões, entre as quais, a qualidade de vida dos munícipes e as questões ambientais, mas também por que se não se conseguirem atingir os mínimos que a lei exige, dentro de pouco tempo seremos fortemente penalizados, nomeadamente com coimas aplicadas pela administração central. Disse ainda que se analisarmos Porto de Mós, e fizermos o levantamento exaustivo conjuntamente com a SIMLIS, verificamos que temos uma cobertura efectiva de cerca de 38%, pelo que Porto de Mós é o concelho com mais baixa cobertura de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento da nossa região. Tendo o saneamento sido, por várias razões constantemente adiado, chegou-se a uma altura em que esse adiamento não é mais possível. Sendo Mira de Aire uma vila importante deste concelho, pesa bastante para a percentagem total de cobertura do concelho. Manifestou ainda a importância do QREN neste assunto, salientando a possibilidade de se poder usufruir através de projectos de candidaturas, de apoio comunitário para estas obras, porque se isso não for feito nesta altura, a partir de 2013 isso terá que ser feito exclusivamente a expensas da Câmara Municipal de Porto de Mós. Acrescentou ainda ser necessário que a Câmara Municipal crie as condições económicas para que possa fazer face à sua quota-parte de investimento. -----

-----No que respeita à demolição das casas degradadas, referiu que ainda hoje o vereador Jorge Cardoso reuniu com a empresa que em princípio irá fazer a demolição, acrescentando que ontem em reunião de câmara se deliberou adquirir mais uma casa degradada, no sentido de alargar o espaço da zona envolvente ao mercado, sendo que em princípio a demolição ocorrerá em conjunto.-----

-----No que se refere ao pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire disse que não é o único edifício da Câmara Municipal a necessitar de intervenção, fazendo menção também ao pavilhão gimnodesportivo e ao Cine-Teatro de Porto de Mós que há muitos anos não têm qualquer intervenção. -----

-----Fez ainda menção às zonas de sufoco de Mira de Aire, dizendo não saber se aquele interveniente se queria referir às zonas de expansão da vila (novas áreas de construção) ou se tem a ver com alguns condicionalismos em termos de construção dentro da vila em si. Neste último caso existem efectivamente algumas, nomeadamente, as zonas protegidas pelo IPPAR. -----

-No que refere à ASAE, disse ter tido uma reunião com o médico veterinário da autarquia a fim de se identificarem algumas situações higieno-sanitárias e para se dotar o mercado municipal de Porto de Mós de lava-mãos que possam servir os vendedores que ali possuem bancas. Terminou dizendo que se começará por Porto de Mós, mas que se irá posteriormente verificar a situação do Mercado de Mira de Aire.-----

-----Quanto às nascentes do Olho e do Pena, referiu que o seu problema é o mesmo de todas as nascentes que servem para o abastecimento público, e que é a protecção de que todas carecem. Está portanto nos horizontes da Câmara Municipal, efectuar a adjudicação desses trabalhos para intervenção em todas as infra-estruturas que tem a ver com a rede de águas do concelho. Terminou dizendo que foi elaborado um projecto de recuperação da zona da nascente do Pena, e que se chama "Vai valer a Pena", elaborado pelos Serviços da Câmara Municipal (Arquitecto Paisagista) e que está neste momento candidatado. -----

-----Respondendo depois a **António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa** referiu-se ao abandono a que o Parque Industrial de Mira de Aire está votado, tendo feito menção ao assalto que foi feito aos PT(s), por causa do cobre. Esclareceu ainda que, na reunião que teve com o Director Regional da EDP, este assumiu que iria suportar todos os custos com os PT(s) assaltados, tendo pedido que no dia em que se precise do PT ele o ligará de imediato, não o fazendo antes pois, assim sendo, seria certo que aquele seria novamente assaltado.-----

-----Quanto aos passeios reconhece que estão em mau estado, estando a tentar que a empresa que efectuou os trabalhos regularize a situação.-----

No que se refere à pintura do pavimento de Alvados, disse que neste momento se está em fase de aquisição de uma máquina de pintura de pavimentos horizontais, pelo que se aguarda pela conclusão do processo.-----

-----No que se refere ao estacionamento em frente ao Banco Totta, referiu que é um cruzamento que está em estudo conjuntamente com as Estradas de Portugal.-----

-----Respondendo depois a Gabriel Vala, acerca da problemática da construção do hotel em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porto de Mós, exibiu duas garantias bancárias uma passada em nome de JCL (a inicial) e outra, que a substituiu, passada em nome de IMOMARÉS, esclarecendo ainda que a venda do lote foi feita em conformidade com o que está estipulado no alvará de loteamento, e que portanto as obrigações perante a Câmara Municipal de Porto de Mós, continuam a ser as mesmas.-----

-----Referindo-se depois ao TGV, disse que é uma questão que falou com o senhor Presidente da Assembleia no sentido de poder vir aqui a ser analisada, acrescentando que reuniu em Lisboa na Direcção Geral do Ambiente, tendo sido acompanhado pelos Presidentes de Junta, cujas freguesias são mais atingidas pelos traçados propostos, e que são o Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras e o Presidente da Junta de Freguesia de Juncal. Neste momento o projecto encontra-se em avaliação de impacte ambiental, e a Câmara Municipal terá que se pronunciar até 9 de Outubro sobre o mesmo. Disse ainda que relativamente ao concelho de Porto de Mós, foi dado a entender pelos técnicos daquela Direcção Geral que a solução poente será a que vai ser decidida, ou seja, a que passa pela Freguesia de Pedreiras e que irá colidir com a nossa zona industrial, considerando que esta será a mais penalizante para este concelho.-----

-----Relativamente à questão das oficinas em frente ao jardim de Porto de Mós, cujo edifício se encontra extremamente degradado, referiu que a Câmara não dispõe de meios legais para resolver estas situações a não ser as penalizações que a lei permite nestes casos, ou seja, através das taxas de IMI.-----

-----Debruçou-se depois sobre o problema da VDG1 e ao facto de a empresa construtora ter falido, estando o caso a ser analisado do ponto de vista jurídico, uma vez que existe uma garantia bancária que poderá vir a ser accionada.-----

-----No que toca à urbanização da Quinta da Mirinha, referiu que se está a proceder ao alargamento da Estrada que vai da Corredoura para a Portela e que os passeios daquela urbanização se encontram cheios de ervas, estando prevista a deslocação de um funcionário da Câmara para fazer essa manutenção. Quanto aos bebedouros públicos, referiu que isso se insere na problemática das acessibilidades, assunto que está a ser estudado pelos serviços técnicos a fim de se intervir no sentido do melhoramento, nomeadamente de rampas de acesso e até de substituição do bebedouro está ao pé da esplanada.-----

-----Respondendo a Olga Silvestre acerca da suspensão parcial do PDM para implantação no concelho de uma grande empresa, passou a ler a resolução do Conselho de Ministros que ratifica a Suspensão Parcial do PDM de Porto de Mós e estabelecimento de medidas preventivas pelo prazo de dois anos na área para uso industrial, sito na freguesia de S. Pedro, tendo em vista assegurar a instalação de uma nova unidade industrial, responsável pela criação de 60 postos de trabalho directos, potenciando assim uma melhoria significativa em termos de desenvolvimento socio-económico no concelho de Porto de Mós. Congratulou-se ainda com o facto de a Assembleia Municipal ter na altura, apoiado esta decisão terminando por dizer que a empresa que se fixará no concelho será a SIRPLASTE – Sociedade Industrial de Recuperados de Plásticos, S.A.-----

-----Quanto à variante de Porto de Mós, referiu que a solução que estava em avaliação de impacte ambiental, foi chumbada. Ficou no entanto garantida, em reunião havida com as mesmas entidades - Ambiente e Estradas de Portugal - um nó de ligação do IC 9 a Porto de Mós, coincidindo com um dos troços, de uma das soluções anteriormente propostas, até à estrada 243.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para se referir ao TGV, na sequencia do que foi anteriormente dito pelo senhor Presidente da Câmara, e disse que tendo a mesa reunido sobre o assunto, foi decidido convocar proximamente uma Assembleia Municipal extraordinária, fora da sede do concelho, para falar exclusivamente desta temática associando-se assim, este órgão, à posição que a Câmara irá tomar, reforçando-a.-----

-----Antes de entrar no período da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia, disse ter a mesa recebido um requerimento apresentado pelo PSD, que passará a ler e que posteriormente será votado, sem haver lugar a debate, e que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REQUERIMENTO

Tendo em consideração a prática do executivo camarário nas Assembleias Municipais, ao longo dos dois últimos anos, diversas vezes denunciada pelo PSD, assente em práticas e comportamentos anti democráticos e ilegítimos de pressão constante sobre os eleitos do PSD;

Tendo em consideração que o comportamento e postura deste executivo nunca se alterou, e que não se limita a defender os seus pontos de vista e as suas propostas com argumentos e com a força da razão que acha ter em cada momento;

Considerando que qualquer eleito deve ter a possibilidade de exercer o seu direito de voto sem condicionalismo de nenhuma natureza;

Considerando que o exercício democrático de cada votação deve ser um acto pessoal e sem qualquer factor de inibição;

Considerando que ao fim de dois anos de mandato, nada se alterou nestes aspectos fundamentais do exercício democrático;

Requeremos à mesa, que todas as votações a realizar nesta Assembleia Municipal sejam por voto secreto.

Porto de Mós, 21.09.2007.

Os eleitos do PSD (Assinaturas).

Tendo sido posto a votação, foi o mesmo **aprovado por maioria**, com **doze votos contra e dezanove votos a favor**.

5. PERIODO DA ORDEM DO DIA:

5.1. Fixação da Taxa da Derrama:

O **senhor Presidente da Câmara Municipal**, usando da palavra, disse que quem iria falar sobre este ponto da ordem de trabalhos, seria o senhor Vice-Presidente, mas que queria dizer que pela sua parte nunca exerceu pressão sobre ninguém e lamenta a posição do PSD. Acrescentou ainda, relativamente à ordem de trabalhos, que Porto de Mós, será no futuro aquilo que esta Assembleia quiser. Terminou, afirmando a necessidade de se inverter a situação no que toca à cobertura do abastecimento, quer da rede de saneamento quer da rede de águas, a este concelho, sendo para isso necessários recursos económicos.

O **senhor Vice-Presidente** usou da palavra para desenvolver o tema que está em discussão, tendo dito que este ano há dois dados novos que têm a ver com a aplicabilidade dessa receita, sendo que, deixa de ser obrigatória a afectação dessa receita a determinado fim e a sua forma de calculo também se alterou, prevendo agora que seja calculado até 5% do lucro tributável das empresas, o que significa que poderá haver empresas com lucro, que não paguem IRC e que paguem derrama, resultando esta alteração da nova Lei das Finanças Locais.

Disse ainda sentir-se chocado, por neste momento não se cobrar derrama fazendo recair sobre os munícipes do concelho os custos de estradas municipais por exemplo, com estragos feitos por empresas que não têm cá sede, ou tendo-a, não pagam nada. Pela via do mecanismo da derrama, essas empresas, mesmo não tendo cá sede e desde que apresentem lucro, estariam sujeitas ao pagamento de uma taxa. Disse ainda que chama a atenção para esta situação para que se reflita e para que se possa dotar a Câmara Municipal de Porto de Mós com os instrumentos financeiros necessários para fazer face à satisfação das necessidades mais básicas do concelho, nomeadamente águas e saneamento.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O **senhor Presidente da Câmara** usou também da palavra para terminar, dizendo que foi feito um compromisso com os vereadores eleitos pelo PSD, não obstante estes se terem absterido, de que a receita alcançada com a derrama, seria afectada às redes de água e saneamento, pese embora, por alteração legislativa, tal não seja agora exigível, pois também eles são solidários com as situações de carência a esse nível, que vivem as populações de algumas zonas do concelho. -----

-----**José António Sousa Calado (PSD):**-----

-----Começou por saudar esta Assembleia, dizendo que esta será talvez a primeira e a última de que fará parte, uma vez que está a substituir um membro da mesma. Sobre este assunto, disse ainda que no contexto económico em que vivemos, acha importante que os municípios aproveitem todas as possibilidades de financiamento de que possam lançar mão. Acrescentou ainda que por pouco que seja, e com o compromisso manifestado pelo senhor Presidente da Câmara e que deve figurar em acta, disse achar importante que essa taxa seja aprovada porque os motivos que foram aqui explanados, são perfeitamente plausíveis e de considerar. -----

-----**Victor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Iniciou a sua intervenção, dizendo que a derrama deixou de existir neste concelho, e mal, dizendo não saber se foi por motivos eleitoralistas. Referindo o facto de ter votado a favor, passou a justificar as razões pelas quais o fez, dizendo que, sendo o executivo a dizer que poderia prescindir dessa receita, não tinha razões para duvidar disso. Efectivamente, no final do ano, verificou-se que a Câmara não tinha dinheiro nem para fazer face a pequenos compromissos. Expressou ainda a sua opinião relativamente ao ano transacto, pelo facto de a derrama não ter sido aprovada, dizendo que foi reprovada por motivos políticos. -----

-----Referiu-se ainda ao requerimento apresentado pelo PSD, propondo o voto secreto nesta sessão, dizendo que tal surgiu também por motivos políticos. Disse ter votado contra, por não achar que o senhor Presidente da Câmara alguma vez tenha efectuado pressões nos membros desta assembleia dirigindo assim o seu sentido de voto.-----

-----Manifestou depois o seu apoio à proposta da Câmara Municipal com a aplicação da derrama, dizendo que não nos podemos dar ao luxo de prescindir de receitas, estando-se a falar de uma taxa que irá ser aplicada sobre os lucros das empresas.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):**-----

-----Sobre a derrama referiu que é um imposto que incide sobre os lucros das empresas, que estarão eventualmente sedeadas fora do nosso concelho e que não pagarão absolutamente nada se não houver derrama no concelho, fazendo depois o paralelismo com os concelhos vizinhos.-----

-----Acrescentou depois que nunca, enquanto membro desta Assembleia se sentiu aqui pressionada para votar desta ou daquela maneira e por essa razão votará sempre em consciência assumindo as suas responsabilidades publicamente, como é seu apanágio. Disse depois que, apesar de ter votado contra o requerimento, está satisfeita por o mesmo ter sido aprovado porque está convencida de que, nesta sala, muitos dos deputados que iriam votar contra a derrama, agora, com o voto secreto, votarão concertada a favor.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD):**-----

-----Disse que a derrama não se aplica apenas às empresas que estão sedeadas fora da sede do concelho. Acrescentou depois a falta de limpeza de que sofrem as ruas de Mira de Aire, nomadamente na zona das grutas, sala de visitas da vila, e pede que as mesmas sejam varridas todos os dias como o eram antigamente, pelo menos nos meses de verão, e então sim concordará com a derrama.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PSD):**-----

-----Disse que iria ser telegráfica, porque agora com a votação secreta os trabalhos serão mais longos, pelo que as pessoas devem reduzir ao máximo as suas intervenções. Disse subscrever inteiramente as palavras do senhor Vice-Presidente, e disse que iria votar favoravelmente a derrama, à semelhança do que aconteceu o ano passado, dizendo que este concelho é muito *suí*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

generis, pois por um lado, temos qualidade de vida inferior à dos nossos vizinhos, e por outro, não temos derrama, enquanto eles têm; somos a única assembleia municipal em que se vota tudo a partir de agora, por voto secreto e disse que gostaria de fazer uma recomendação à mesa, para que tivesse mais atenção na contagem dos votos, porque embora se tratando de uma questão de somenos, se trata de rigor, porque foi dito que o requerimento foi aprovado com 19 votos a favor, contanto ela apenas 18 elementos do PSD, pedindo a correcção desta votação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a explicar que contou 12 braços no ar para a votação "contra" e como estão 31 pessoas na sala, a diferença são 19, tendo acrescentado que se havia alguém ausente da sala, não se deu conta na altura, pedindo à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire que futuramente intervenha logo que perceba se houve engano na votação. Esclarecida a situação, verificou-se que a **votação do requerimento apresentado pelo PSD propondo o escrutínio secreto dos pontos da ordem de trabalhos desta sessão, foi aprovado com 18 (dezoito) votos a favor, 12 (doze) votos contra e 1 (uma) abstenção.**-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----
-----Referindo-se ao escrutínio secreto, referiu que o facto de assim ser, não significa que se trate de um voto dirigido, dizendo que se irá abster neste ponto da ordem de trabalhos dado que o executivo refere que necessita desta receita, fazendo votos para que esta tenha a melhor aplicação possível.-----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----
-----Disse que na votação anterior houve uma abstenção, porque não concorda em absoluto com as razões que foram apresentadas para levar à proposta.-----

-----No que diz respeito à derrama, disse que o critério de calculo foi alterado e que neste momento é perfeitamente possível uma empresa pagar derrama, sem pagar imposto, sendo a base de incidência mais lata.-----

-----Disse ainda que tem que se ter presente, que quem governa, quem decide, tem que ter fundos consentâneos com essa situação.-----

-----Realçou que se irá entrar em alguns momentos específicos que se têm que aproveitar e que os fundos comunitários exigem sempre um co-financiamento de quem promove os investimentos, e portanto há que acompanhar e aproveitar esses mecanismos porque aí temos uma parte bastante significativa dos custos dos investimentos suportados por outrem (financiamento externo). Finalizou a sua intervenção, dizendo que, de braço no ar ou por escrutínio secreto, votará a favor da derrama.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----
-----Interveio, referindo-se à actual conjuntura económica, referindo que ultimamente o nosso concelho tem sido palco de muito desemprego com empresas a fecharem dia após dia. Referiu-se ainda ao facto de se dizer que as empresas só pagam derrama quando têm lucro, contrapondo que, quando não têm lucro encerram, gerando desemprego.-----

-----Referiu ainda como factor negativo da derrama a atracção de empresas para o concelho. Estas procurarão concelhos que lhes proporcionem melhores condições, inclusivamente ao nível da tributação, ilustrando o que disse com o exemplo de Óbidos.-----

-----Reiterou a posição que assumiu há um ano, ou seja, de não sobrecarregar os munícipes com impostos, sejam eles pessoas individuais ou colectivas. Disse ainda que a questão dos não residentes é uma falsa questão pois os montantes envolvidos serão ínfimos relativamente aos montantes que se estariam aqui a aplicar aos residentes. Disse ainda que a Câmara poderá dispor de outras receitas, dado que os impostos directos vão aumentar e que o ano de 2008 vai ser um ano de reavaliações que vai trazer um valor bastante acrescentado às receitas da Câmara e que esta deveria ter isso em consideração. Não obstante esta posição, disse ainda que não iria interferir com as posições da Câmara, votando de modo a que aquilo que a Câmara quer para os munícipes seja feito.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor **Presidente da Câmara** usando da palavra perguntou a Luís Manuel Coelho de Almeida, se algum executivo já fez o que este está a fazer ao nível da atracção de empresas, com a realização da 2ª fase da Zona Industrial, a custas próprias, sem qualquer tipo de subsidio, estando já prevista a instalação de imediato de oito empresas. Disse ainda que para construir uma zona industrial como a de Porto de Mós, e que ficará concluída no prazo de ano e meio, são necessários fundos. Referindo-se depois ás empresas não sedeadas no concelho, referiu que a maior empresa que está implantada no concelho de Porto de Mós, não paga aqui qualquer imposto, pois não está aqui sediada, apesar de criar postos de trabalho para a população do concelho. -----

-----O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu aos restantes intervenientes agradecendo-lhes o apoio manifestado, tendo ainda dado as boas vindas ao novo membro da Assembleia José António Sousa Calado (PSD). -----

-----A Carlos Alberto Gomes Jorge, parabenizou pelo facto de a empresa que este representa pagar dizendo ser um sinal de que a mesma é lucrativa. Fez depois algumas simulações apresentando-as como exemplo do que poderia pagar uma qualquer empresa minimizando o impacto que o pagamento desses valores poderiam ter naquelas firmas e afirmando, baseado na sua experiência profissional que a derrama é algo marginal e que o empresário não discute, principalmente, porque é para beneficiação do seu concelho. -----

-----**António José Meneses Teixeira (P.S.)**, pediu a palavra, para esclarecer a situação de Óbidos, de que Luís Almeida falou, acentuando as diferenças estruturais de ambas as situações. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente Assembleia Municipal colocou a votação por escrutínio secreto o ponto 1 da ordem de trabalhos Fixação da Taxa da Derrama**. -----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.)**, usou da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, a suspensão da sessão pelo por 20 minutos atendendo à situação anómala que aqui se verificou. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou-lhe se ele desejava apresentar o pedido por escrito, ao que ele respondeu que sim, passando a redigir o documento que entregou na mesa e que a seguir se transcreve:-----

-----*Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal
de Porto de Mós*-----

-----*Vimos por esta forma, e ao abrigo do artigo 35º do Regimento da Assembleia Municipal, solicitar a suspensão temporária desta Assembleia.*-----

-----*Porto de Mós, 21.09.2007.*-----

-----*O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista (Fernando Amado)*-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de ler o documento, disse que formal e substancialmente este é diferente daquilo que o signatário do mesmo havia referido oralmente quando pediu a suspensão da sessão por existência de "situação anómala", fazendo-o agora ao abrigo do artigo 35º do Regimento, e considerando que tem legitimidade para o fazer, a mesa suspendeu os trabalhos por dez minutos. -----

-----Retomando os trabalhos, e dando continuidade à votação, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à chamada dos membros da Assembleia para depositarem o respectivo voto na urna disponível para o efeito. Terminada a votação, foi efectuada a contagem dos boletins de voto, tendo a **proposta de fixação da derrama sido aprovada com 18 (dezoito) votos a favor, 12 (doze) abstenções e 1 (um) voto contra**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis:

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que disse que quem iria expor este ponto da ordem de trabalhos seria o senhor Vice-Presidente, chamando a atenção da Assembleia de que, também neste ponto, houve unanimidade no executivo municipal, tendo esta proposta sido aprovada em reunião de Câmara por unanimidade, portanto também com os votos dos vereadores do PSD, favoráveis, porque houve um compromisso por parte do executivo de aplicação da verba arrecadada no saneamento e rede de águas do concelho.

O senhor **Vice – Presidente**, usando da palavra referiu que se trata apenas de um ajustamento positivo de uma das taxas que compõem o IMI, sendo que a proposta apresentada é apenas em relação aos prédios novos ou aos avaliados e é fruto da nova lei do IMI que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2004 e os prédios só serão avaliados quando sobre eles incidir qualquer operação.

Justificou ainda o aumento da taxa com as novas atribuições cometidas às autarquias, nomeadamente, as que derivam da nova Lei das Finanças Locais, assistindo-se a um crescendo de despesas correntes a que há que fazer face. Exemplificando, fez menção às taxas de recolha do lixo ou o preço do abastecimento de água, onde só se repercute sobre o utilizador uma pequena parte dos aumentos que a autarquia está a sofrer. Na eventualidade do ajustamento da taxa não ser aprovada, questiona a assembleia sobre qual a alternativa para arrecadar receita. Disse acreditar que o caminho é a penalização daqueles que mais disponibilidades económicas possuem ou seja, os proprietários, mas alertando ainda que a taxa apenas se aplicará quando os imóveis forem objecto de algum tipo de intervenção. Terminou a sua intervenção, dizendo que considera uma irresponsabilidade impedir que tal seja efectuado.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que haviam chegado à mesa dois requerimentos, um da bancada do PS, pedindo que seja facultado o requerimento do PSD propondo o escrutínio secreto nas votações desta Assembleia, através do fornecimento de fotocópia. Continuou depois dizendo que o outro requerimento provinha da bancada do PSD, e que propunha a alteração de 3 dos 6 pontos apresentados, passando a transcrever-se ambos os documentos respectivamente apresentados:

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

De Porto de Mós

Venho por esta forma solicitar a V. Ex^{sa}. que seja facultada a este Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fotocópia de requerimento apresentado pela bancada do Partido Social Democrata, propondo que as votações passem a ser realizadas por voto secreto. Na impossibilidade de a mesma não poder desde já facultada, agradeço consulta do referido documento por período não superior a 10 minutos.

Porto de Mós, 21.09.2007.

O Deputado Municipal (Fernando Manuel Marques Amado)

PROPOSTA

Assunto: Fixação das taxas do IMI para o ano de 2007.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Imóveis (CIMI), propomos que as taxas passem a ser as seguintes:

1. Que a taxa de 0,8% relativa aos prédios rústicos se mantenha inalterada;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. Que a taxa de 0,8% relativa aos prédios urbanos igualmente se mantenha inalterada;-----

-----3. Que a taxa de 0,2% relativa a prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, se mantenha inalterada;-----

-----4. Que a taxa de 0,8% e 0,2% referidas nas alíneas 2 e 3 sejam elevadas em 30%, nos casos dos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano, conforme o disposto no n.º 8, do artigo 112.º do CIMI;-----

-----5. Que as taxas de 0,8% e 0,2% referidas nas alíneas anteriores sejam majoradas em 30%, ou seja, passem a ser de 1,04% e 0,26%, respectivamente, para prédios urbanos degradados, cujo estado de conservação não permita cumprir satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e de bens, conforme disposto no n.º 8, do artigo 112.º do CIMI;-----

-----6. Que, nos termos do n.º 9 do artigo 112.º do CIMI, com as alterações introduzidas pela Lei 21/2006, de 23 de Junho, seja criada uma majoração de 50% na taxa de 0,8% referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 112.º do IMI, a incidir sobre os prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, como tal definidas no n.º 10 do referido preceito legal, passando essa taxa a ser de 1,20%;-----

-----Esta proposta tem por base o seguinte:-----

-----a) a ilegalidade constante da proposta do executivo que infringe, no ponto quatro, a legislação em vigor;-----

-----b) O tratar-se de um imposto que afecta todos os cidadãos do concelho, sejam eles de altos ou baixos recursos, empregados ou desempregados, com crédito ou sem crédito;-----

-----c) Se o IMI dos prédios ainda não avaliados pelo CIMI pecava por defeito, praticamente não se sentindo nas despesas do orçamento familiar, as taxas a aplicar sobre os novos métodos de avaliação pecam por excesso, chegando a atingir 1% do rendimento bruto do agregado familiar (Ex. Rendimento mensal de € 1 200.00);-----

-----d) Com a crise que vivemos, onde o aumento do desemprego é uma realidade e os salários não aumentam, a manutenção da taxa do IMI em 0,20% é uma medida de bom senso.-----

-----Porto de Mós, 21.09.2007.-----

-----Os deputados do PSD-----

-----O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta acima transcrita, tendo intervido **Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire)**, dizendo que não tem elementos para discutir o documento agora apresentado pelo PSD, dado que o mesmo não foi distribuído antecipadamente, e que apenas tinha ouvido o que o senhor Presidente da Assembleia tinha lido, considerando que os elementos eram insuficientes.-----

-----Usando da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que apenas se limitou a ler uma proposta de alteração proveniente da bancada do PSD à que foi apresentada pela Câmara Municipal, referindo que esta é uma prática que já foi efectuada em outras sessões, nomeadamente quando na ultima sessão foi discutido um Regulamento Municipal que sofreu alterações na especialidade.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo e Vítor Louro Cordeiro** insurgiram-se dizendo que esse documento não tinha as implicações deste que está em causa, uma vez que aqui estão em causa os recursos financeiros do município. **Vítor Louro Cordeiro** acrescentou ainda que apenas deve ser posto a votação o documento apresentado pelo executivo, sem alterações, e quem não concordar deverá votar contra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que, atendendo ao carácter polémico da questão, se daria a oportunidade aos subscritores da proposta de alteração de fazer a sua argumentação e que a seguir se decidiria. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** -----

-----Referiu que existia na proposta do executivo uma ilegalidade, no seu ponto 4, dizendo acreditar que a Câmara a não poderá rectificar aqui sem voltar a reunião de Câmara, pelo que a solução seria a Assembleia propor a substituição dessa proposta por outra. Estando assim a proposta da Câmara ferida de ilegalidade, não poderá aqui ser votada, sendo certo que a Câmara Municipal precisa dessa aprovação até 30 de Novembro.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** pedindo a palavra, interveio para dizer acerca da alegada ilegalidade de que a proposta apresentada pelo executivo enfermava, que agora mesmo quando esteve ausente desta sala, pediu à 1ª Secretária da Mesa da Assembleia, bem como à Jurista da Câmara Municipal presente na sala e ainda à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira esclarecimentos acerca desse assunto, tendo sido concluído exactamente o contrário. De acordo com a legislação em vigor, o dobro é para prédios devolutos e os 30% é para prédios degradados, sendo portanto exactamente o contrário daquilo que António Manuel de Sousa Pires estava a dizer.

-----O senhor **Presidente da Assembleia**, apelou à calma de todos os membros da Assembleia para que se pudesse esclarecer toda a situação, tendo seguidamente o senhor Presidente da Câmara, usado da palavra, passado a ler o disposto no artigo 112º do CIMI. -----

-----Retomando os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou que a proposta apresentada pelo executivo, não enferma de nenhuma ilegalidade, encontrando-se em conformidade com os requisitos exigidos por lei, o mesmo não acontecendo com a proposta que foi apresentada pelo PSD que no seu ponto 4 está ferida de ilegalidade, pelo que a mesa não a aceita, a menos que venha a ser corrigida. Chegou entretanto à mesa uma nova proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD, corrigindo a questão da lei, e cujo ponto 4, passou a ter a seguinte redacção: "4. *Que a taxa de 0,8% e 0,2% referidas nas alíneas 2 e 3 sejam elevadas no dobro, nos casos dos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano, conforme o disposto no nº 8, do artigo 112º do CIMI.*" -----

-----Outra questão que foi referida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, foi aquela que foi suscitada pelos membros desta Assembleia **Vítor Louro Cordeiro e Ana Paula Laureano Noivo**, que arguíram a impossibilidade de propostas que foram objecto de aprovação em reunião de Câmara, sendo apresentadas à Assembleia Municipal, virem a ser alteradas por esta. Esclareceu depois que segundo a Lei nº 5-A/2002, de 11 de Setembro, que estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico dos órgãos dos municípios, no seu artigo 53º, nº 6, se determina que apenas as propostas que forem apresentadas pela Câmara no âmbito da aprovação das opções do plano e proposta do orçamento, inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como documentos de prestação de contas, alienação de imóveis e ainda reorganização de serviços municipais, não podem ser alteradas pela Assembleia Municipal. Todos os outros assuntos são passíveis de alteração através de propostas dos grupos municipais, sendo que a matéria que está a ser discutida cabe nesta última hipótese, a proposta apresentada é legítima, devendo a assembleia debatê-la e votá-la.-----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire)**, usou da palavra reiterando aquilo que já disse anteriormente, manifestando a sua impossibilidade de se manifestar relativamente à última proposta apresentada pelo PSD, dado que não tem elementos suficientes para o fazer. O senhor Presidente da Assembleia referiu que as alterações propostas não são tão profundas assim, disponibilizando-se para fornecer cópias do documento aos membros da Assembleia.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP)**, insurgiu-se quanto ao facto de os membros da Assembleia terem começado a intervir sem se inscreverem chamando a atenção do senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia para esse facto e pedindo que este mantivesse a ordem na sala. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra, dizendo que a mesa aceita a proposta de alteração apresentada pelo PSD colocando-a a discussão.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro** disse, usando da palavra, que o executivo propõe e os membros da assembleia aprovam ou não aprovam, dizendo que os membros do PSD se estão a tentar substituir ao executivo através da Assembleia Municipal.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** disse que a mesa analisou com a ajuda da Dr.^a Olga Silvestre, secretária da mesma, a legislação e o Regimento e disse entender que isto pode ser feito, dizendo que o PSD propõe a alteração a três pontos dos seis que a proposta da Câmara contém, e que têm a ver basicamente com o valor da taxa a aplicar. -----

-----Pedindo a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** perguntou o que é que estão sete pessoas a fazer no executivo, tendo todas votado favoravelmente o documento, que agora se propõem alterar. Os membros eleitos pelo PS na Assembleia Municipal dispuseram-se a abandonar os trabalhos sendo secundados pelo executivo. -----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):** -----
-----Pedindo a palavra, disse que se está a tomar como um dado adquirido que a proposta do PSD passe à frente da proposta do executivo, antes que tenha sido essa proposta, sequer votada. Pediu que pelo menos se vote a alteração à proposta da Câmara.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** disse que obviamente a proposta teria que ser votada, e que nunca foi isso que esteve em questão, mas sim a aceitação da mesma por parte da mesa.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.)** disse que o grupo municipal do Partido Socialista, toma a posição de aceitar única e exclusivamente, a proposta do executivo, caso contrário a sua única postura perante aquilo a que assistiram, será abandonar esta Assembleia.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP)**, pediu a palavra para declarar que o grupo municipal do PP apenas considerará o proposta apresentada pelo executivo, e caso contrário abandonará os serviços, terminando por lamentar a maneira como tem procedido a mesa da Assembleia Municipal, que não tem conseguido dar uma postura digna a esta Assembleia, com todos os membros a falar sem se inscreverem e sem que lhes tenha sido dada a palavra, dizendo ainda que o Regimento é para se cumprir e que o Presidente da Assembleia tem a obrigação de manter a ordem e assegurar o regular funcionamento dos trabalhos, o que não tem acontecido, alertando a mesa para que situações destas não se voltem a repetir. Disse ainda que a manter-se este estado de coisas o CDS/PP pondera seriamente abandonar os trabalhos. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso)** pediu para intervir, esclarecendo que as taxas que o PSD está a propor é no fundo, que se mantenham iguais às que estão neste momento em vigor. No entanto e atendendo à situação que foi aqui criada, o PSD retira a proposta, ficando apenas para apreciação a proposta apresentada pelo executivo. ----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** pôs então a discussão a proposta do executivo, começando por usar da palavra, **Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire)**, que disse aproveitar para dizer à mesa e ao PSD que lhes ficaria bem pedirem desculpa por dizerem que a proposta do executivo estava ferida de ilegalidade, quando a proposta que foi retirada é que sofria de ilegalidade. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que apesar de ter sido eleito pelo PSD não está aqui nessas funções partidárias mas como Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PSD):** -----
-----Referiu que o senhor Vice-Presidente tinha dito que só os prédios novos é que iriam sofrer um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agravamento, mas a partir de 2008 todos os prédios vão ser actualizados, mesmo os mais antigos.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----
-----Disse que não é agradável ter que se aumentar os impostos aos munícipes no entanto o senhor Vice-Presidente deu as explicações que considera necessárias e suficientes, sendo que tal receita reverte para o desenvolvimento do concelho.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):**-----
-----Acerca do IMI, disse que iria votar a favor apesar de ser uma pessoa que por circunstâncias pessoais será bastantes penalizada. Mas porque põe os interesses económicos do concelho acima dos seus interesses pessoais, essa é a razão porque votará favoravelmente essa proposta.-----

-----**José António Sousa Calado (PSD):**-----
-----Usando da palavra disse que, quando o senhor Vice-Presidente fez a apresentação da presente proposta afirmou a necessidade premente desse imposto para resolver problemas. Ora este é um imposto que marca a competitividade do território, sendo sabido que muitas pessoas procuram a localização em áreas urbanas em função dos valores do IMI, porque há uma grande disparidade. Há valores que vão de 0,2 a 0,5, que é um valor que pode ser substancial, o mesmo acontecendo com os investidores, e nós não podemos captar empresas e novos habitantes para o nosso concelho se não formos competitivos em IMI. Ser competitivo em IMI não significa que consigamos arrecadar menos imposto, atendendo ao efeito perverso dos impostos e que é o seguinte, por vezes é baixando os impostos que se conseguem mais receitas, através por exemplo do marketing, da forma como marcamos o nosso território, captar mais investimento, trazer mais pessoas e aí sim é um trabalho a Câmara deve fazer. Comentou depois o facto de se estar a falar de um valor de 0,5% que é muito pequeno mas que continua a marcar a diferença com os nossos vizinhos das redondezas. Referiu ainda a preocupação do ministro com as consequências futuras que vão ter nos proprietários individuais as avaliações do IMI.-----

-----Disse ainda que da parte do senhor Vice-Presidente não foi avançado um valor absoluto para a implicação da perda de receitas por conta do IMI, e seria importante que os membros desta assembleia tivessem esse estudo para se poder aferir do peso que essa receita teria para o bolo total da Câmara. Referiu ainda para terminar que de acordo com o preâmbulo do Código do IMI, é obrigatório que se promova a avaliação, e portanto ela terá que ser feita entretanto a todos os outros edifícios, o que significa que também por aqui a Câmara irá aumentar as receitas.-----

-----**Célia Cristina Almeida e Sousa (PS):**-----
-----Referiu que o IMI, como é um imposto sobre o património, é um imposto muito duro, no sentido em que as casas já foram feitas com dinheiro filtrado de impostos ainda se tem que pagar um imposto sobre património, que é algo que não gera rendimento. Referiu-se ainda aos anos de 2003 e 2004 que foram anos muito duros e que não causaram nenhuma revolta municipal, porque eram muito poucas as pessoas que estavam em questão, com a taxa de 0,4. Apesar de a taxa ter baixado para metade, já são muito mais os munícipes que pagam esta taxa. Quanto aos 0,8 para os prédios antigos, este é muito mais baixo do que 0,2 para os novos, embora não esteja na nossa mão fazer alguma coisa quanto a isso. Justificou a sua intenção de voto favorável à aprovação desta taxa pela necessidade de receita para os cofres da Câmara.-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----
-----Fez menção ao facto de se tratar aqui mais do que de uma questão política mas de uma questão humana. Os senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara referiram que nesta altura há uma diminuição de vinte e tal mil euros relativamente aos anos anteriores, dizendo que a receita do segundo semestre ainda não foi paga, porque se pode pagar até 30 de Setembro, perguntando se se está a incluir essa. Depois há que perceber porque é que a receita diminuiu, perguntando se não será porque as pessoas não têm capacidade de pagar.-----

-----Contrariamente ao que o senhor Vice-Presidente disse aqui, referiu que relativamente às avaliações, os nossos índices estão mais correctos que alguns dos concelhos vizinhos ilustrando as suas palavras com alguns exemplos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou depois referindo que não poderá voltar favoravelmente esta alteração dado que considera que as novas avaliações irão inflacionar muito o valor que os munícipes terão que pagar.-----

-----**António Pereira Carvalho (P.S):**-----

-----Depois de algumas considerações, referiu que dos três distritos limítrofes, a taxa mais baixa é de 0,35, ou seja, 40% mais elevada do que a taxa que agora se propõe, 0,25 pelo que acha que em termos da competitividade de que há pouco se falava, estamos ainda bastante bem. Comentou ainda que é bastante desagradável pagar impostos e o seu agravamento pior ainda. O problema que se coloca é que no PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, as questões que aqui se colocaram foram no sentido de se pedir à Câmara que fizessem mais coisas ao nível das freguesias e das localidades, sendo certo que tais coisas terão que ser pagas e sendo ainda certo que há que arrecadar receitas para fazer face a tais despesas, justificando assim, face às exigências que cada vez são maiores, e á necessidade de lhe fazer face que votará favoravelmente o documento em apreço.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso):**-----

-----Disse que a sua discordância relativamente a esta proposta se centra exactamente no ponto 3 da mesma, referindo que o ponderado seria o 0,2 e a Câmara está a propor 0,25. Referiu ainda que na sessão anterior foi aqui apresentada uma proposta de alterações relativamente a um regulamento que foi aqui presente para aprovação, tendo a mesma sido aprovada e tendo sido uma situação completamente pacífica. Disse ainda não concordar com o aumento da taxa principalmente porque em 2008 os imóveis irão ser avaliados gradualmente e todos irão ser penalizados, razão pela qual irá votar contra.-----

-----Disse ainda que até há bastante pouco tempo, o senhor Presidente da Câmara partilhava da sua opinião citando algumas afirmações que à data aquele havia feito.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** usando da palavra disse que seria o senhor Vice-Presidente a responder aos anteriores intervenientes, dizendo no entanto que responderia a **Carlos Venda**, tendo dito que continua a subscrever tudo o que disse na altura e que se hoje a taxa se cifra em 0,2 é porque ele o propôs em reunião de Câmara tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Acrescentou ainda que hoje o que se está aqui a propor é um ajustamento e não um aumento face ao coeficiente de ajustamento que deriva da própria lei.-----

-----Dando a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, este começou por responder a **José António Calado**, relativamente à competitividade territorial dizendo não concordar que alguém fixe residência com base na taxa de IMI de cada concelho e que o que determina a fixação das pessoas são os laços profissionais, e as relações pessoais e sentimentais. Disse ainda que fica com a sensação de que o que passa aqui é um sentimento de vingança, que lhe parece muito mal.-----

-----Referiu depois em resposta a **António Pires**, que a diferença de vinte e um mil euros que atrás mencionou, se refere a períodos homólogos. Quanto à avaliação dos prédios para 2008, disse ainda que isso apenas consta como intenção.-----

-----Manifestou ainda o seu descontentamento, dirigindo-se, à bancada do PSD, relativamente ao facto de estes não reconhecerem o trabalho diário efectuado pelos membros do executivo, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, ou seja, também como os votos favoráveis dos vereadores do PSD.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra para referir o valor das receitas provenientes do IMI arrecadadas em 2005, com a taxa de 0,4, um milhão cento e três mil euros e em 2006 com a taxa de 0,2 um milhão quatrocentos e vinte e oito mil euros, o que significa um acréscimo de 29,5% na receita do IMI segundo as contas aqui aprovadas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a proposta de **Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis**, tendo procedido à chamada dos membros da Assembleia para depositarem o respectivo voto na urna disponível para o efeito. Terminada a votação, foi efectuada a contagem dos boletins de voto, **tendo sido verificado um empate, com catorze votos contra e catorze votos a favor, e duas abstenções. Assim e nos termos do Regimento, no seu artigo 48º nº 4, foi a votação repetida tendo a proposta sido reprovada com 14 (catorze) votos contra, 13 (treze) votos a favor e 2 (duas) abstenções.**-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, depois, e atendendo ao adiantado da hora, disse que suspendia os trabalhos da Assembleia, que seriam retomados na próxima segunda feira pelas 20.00horas.-----

-----Tendo-se verificado alguns protestos no sentido de a Assembleia continuar os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia justificou a sua decisão, mantendo-se no entanto aberto à continuação dos trabalhos. O senhor Presidente da Câmara que pediu a palavra apelou também à continuação dos trabalhos, referindo que terá alguma dificuldade em estar presente na segunda feira, atendendo a compromissos que já assumiu.-----

-----Consultados os líderes das bancadas dos grupos municipais, pôs-se a votação a continuação da sessão tendo a mesma sido aprovada por maioria, e passando-se à discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

3. Regulamento Municipal sobre o Cartão Jovem:-----

-----O senhor Vereador Rui Neves passou a enunciar as vantagens que o referido cartão irá conceder aos seus utilizadores, colocando-se depois à disposição da assembleia para responder às questões que entendessem colocar.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigiu-se à Assembleia dizendo que chegou à mesa uma proposta de alteração deste Regulamento, subscrita pela bancada do PSD nesta Assembleia, passando a lê-la, e que a seguir se transcreve:-----

PROPOSTA-----

Projecto de Regulamento do Cartão Jovem Municipal Euro 26 e do Cartão PM Jovem.-----

-----Considerando a importância que a implementação deste cartão deve ter na fixação e captação de jovens que tanta falta fazem ao nosso concelho que está a envelhecer de forma significativa e preocupante;-----

-----Considerando que os apoios e benefícios deste cartão não se podem limitar a eventos e espectáculos;-----

-----Considerando os compromissos assumidos junto da população pelos Partidos de apoio efectivo aos jovens;-----

-----Considerando a importância dum apoio mais significativo na fase de construção de habitação própria e o papel social que a autarquia deve ter para com os jovens;-----

-----Considerando que todos os apoios contemplados neste cartão, o mais importante e significativo será a redução do valor a pagar na licença para construção de habitação própria, pelos jovens que aqui nasceram ou que por força de melhores condições e apoios possam escolher o nosso concelho;-----

Propomos a seguinte alteração:-----

-----Artº 9, nº 2, alínea a):-----

-----Aos jovens casais cuja soma de idades não exceda os 60 anos ou em nome individual com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos, cuja licença para obras de construção se destine a habitação própria e permanente, com área bruta de construção até 200 m² e auferirem os seguintes rendimentos:-----

-----Casais – quatro salários mínimos nacionais – 50%;-----

-----Pessoa individual – dois salários mínimos nacionais – 50%-----

-----Porto de Mós, 21.09.2007.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Os eleitos do PSD (Assinatura).*-----

-----O senhor **Vereador Rui Neves** pediu a palavra insurgindo-se contra a proposta de alteração que acima se transcreveu, dizendo que depois da proposta de IMI ter sido rejeitada pela Assembleia, ainda se está a tentar reduzir mais ainda as receitas do município, com a proposta de aumento de benefícios a conceder com o cartão Jovem.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** pediu a palavra, para dizer e não aceitava a proposta de alterações apresentada dizendo ainda não aceitar que se venham aqui contrariar todas as propostas que foram aprovadas por unanimidade em reunião de Câmara, voltando a dizer que a proposta apresentada é do executivo e que a assembleia ou aprova ou não aprova e que tendo sido eleito pelo povo, não está aqui para aceitar as provocações do PSD e manifestando a sua indignação disse que ele e os restantes vereadores abandonavam a reunião, levantando-se e sendo secundado pelos vereadores encaminhou-se para a porta-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.)** interveio pedindo calma, e dizendo que toda a gente que está nesta sala tem responsabilidades perante quase 25 mil pessoas e dizendo ser este o momento mais triste da sua vida, enquanto autarca, dizendo nunca ter assistido a nada semelhante. Disse ainda nunca ter estado na vida política, doutra forma que não em oposição, tendo sempre tentado construir em oposição, respeitando acima de tudo a vontade popular, dizendo haver alturas, dadas as responsabilidades que temos e os assuntos que estão em cima da mesa, em que temos que ter a serenidade suficiente para pararmos um bocado para pensar. Disse ainda que isto vem de antes das eleições autárquicas e de pessoas que pouco têm a ver com a política, dizendo que um dos pontos em queria intervir no período de antes da ordem do dia era exactamente o estado da sociedade civil de Porto de Mós. Disse ainda que, pessoas que se conhecem há anos, que partilharam escolas, que partilharam ensinamentos e até famílias estão de costas viradas desde um mero acto eleitoral, onde foi o povo que escolheu. Durante meses a fio se assistiu a uma clivagem enorme na sociedade civil portomosense, a partir do momento em que algumas pessoas não souberam ter a contenção necessária para com outras pessoas que são semelhantes e que estão na vida política para servir publicamente. Disse ainda que o que não aceita é que deputados municipais, que durante 30 anos, nunca meteram requerimentos à mesa, nunca contestaram IMI, nunca contestaram absolutamente nada, neste momento, apresentem constantemente requerimentos a esta mesa que têm como objectivo obstruir e dificultar o trabalho do executivo. Disse ainda que o que se passou aqui hoje foi uma das coisas que mais atingiu, aquilo que demorou tanto tempo a construir e que é o poder local autárquico. Considera ainda que o poder autárquico, hoje em Porto de Mós sofreu um revés, onde todos teremos que contribuir para que as coisas voltem a entrar nos eixos. Disse ainda que não aceitaria ser Presidente da Assembleia Municipal com uma votação secreta, colocando em causa o espírito de Abril e o espírito de liberdade dos movimentos de todos os representantes neste órgão autárquico. Sempre o Partido Socialista na Assembleia Municipal e relativamente ao anterior mandato, sendo oposição, soube ter um comportamento condigno, respeitando aquilo que eram decisões e as propostas do executivo, ao contrário daquilo que o PSD está agora a fazer. -----

-----Terminou dizendo que hoje se assistiu ao maior atentado num órgão autárquico, pela posição insensata, imatura que tem vindo a ser tomada pelos deputados municipais do PSD, esquecendo-se estes que não há nada mais efémero na vida, do que a própria vida e do que o poder, que se conquista com o voto de quem nos elege, e quem elegeu o actual executivo foi a maioria da população portomosense. Apesar da maioria obtida pelo Partido Socialista, nunca pôs em causa o trabalho do Presidente da Assembleia Municipal, tendo-o sempre respeitado enquanto tal. -----

-----A sociedade portomosense vive hoje um clima de conflitualidade, de virar de costas entre as populações. Acima de tudo, quem é eleito e tem responsabilidades políticas perante as populações, deve usar um pouco de flexibilidade e de bom senso, tentando apaziguar aquilo que pode ser uma lógica de confronto neste órgão.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra, disse que nem ele nem o PSD se revia naquilo que foi dito por Fernando Amado e que neste momento o que está aqui em causa é a discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos, perguntando se 10% é suficiente para incentivar os jovens, terminando por dizer que retira a proposta de alteração.-----

-----**João Pedro da Silva Pinheiro (PSD)**:-----
-----Usando da palavra, referiu que sendo a primeira vez que intervinha, começaria por cumprimentar a mesa bem como o executivo. Disse ser a primeira vez que vem a uma Assembleia Municipal e que está espantado com o facto de as contrariedades levarem a que, tanto membros da assembleia eleitos pelo povo, como o executivo, se levantem para abandonarem a sala, dizendo ser esse o caminho mais fácil. Quanto à proposta apresentada, referiu que o executivo que tanto gosta de olhar para os concelhos vizinhos, olhe agora para o concelho da Batalha onde o Cartão Jovem dá isenção total nas licenças de construção, pedindo que aqui em Porto de Mós se considerem pelo menos 50% de desconto naquelas.-----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PSD)**, usando da palavra disse que dez por cento não tem qualquer expressão, e por isso se propuseram os cinquenta por cento.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----
-----Disse nunca pensar que a Assembleia Municipal chegasse a este ponto, porque a ser assim, até parece que o executivo foi mais eleito que os membros que compõem esta Assembleia, para se dar ao luxo de dizer que abandona a sala, questionando se o voto do povo no executivo não é igual ao voto popular nos deputados municipais e perguntando ainda se a assembleia terá que aprovar tudo o que o executivo entende aqui apresentar dizendo que se assim for não há necessidade de se realizarem assembleias municipais, uma vez que o executivo diz aos jornais que foram aprovadas as taxas do IMI e da derrama, antes de estas virem aqui à Assembleia, que é a sede própria para a sua aprovação.-----

-----Relativamente a Fernando Amado, disse que na última sessão foi aqui aprovado um regulamento tendo sido alterada uma alínea do mesmo, perguntando o que é que mudou hoje.-----

-----Disse ainda que não se revê na proposta de Regulamento do executivo, porque acha que isso não é um cartão jovem de que nos orgulhemos para os nossos jovens.-----

-----**José António Sousa Calado (PSD)**, usando da palavra disse que a ideia do cartão-jovem é de apoiar, dizendo que no entanto a proposta apresentada é pouco ambiciosa. Criticou ainda o facto de não se terem dados concretos para se poder avaliar a iniciativa, porque dez por cento pode ser pouco, mas também pode ser muito.-----

-----Concordou com Fernando Amado acerca da clivagem existente na sociedade civil portomosesense, mas disse não aceitar lições de democracia de ninguém.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD)**, veio dizer que os 10% propostos pelo executivo são exíguos, representam muito pouco para os jovens. Disse ainda que os 50% não seriam o ideal, mas seria um valor de bom senso, para apoiar os jovens, incentivando-os à fixação no nosso concelho.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS)**, usando a palavra, disse que quando diz que se vai embora, o diz, para não participar naquilo que em sua opinião é eticamente reprovável. Disse ainda que podemos votar a favor ou contra as propostas mas entregar propostas novas que alteram completamente as da Câmara, isso é que acha que é reprovável.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** no uso da palavra, deu os parabéns a José António Calado, pela coerência das suas intervenções, dizendo que no entanto, quem foi eleito para governar foi o executivo, sendo função da assembleia a aprovação ou rejeição das suas propostas e que aquilo a que se assistiu aqui hoje foi a uma tentativa por parte do PSD de alterar todas as propostas apresentadas pelo executivo, dizendo que enquanto Presidente da Câmara não o admitirá,-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerando que o que está aqui a ser feito hoje é uma tentativa de achincalhamento do Presidente da Câmara e de todo o executivo municipal.-----

-----Quanto ao cartão-jovem, disse que este tem muitas outras regalias para além da redução das taxas das licenças de construção em 10%, recusando comparações com o que está implementado no concelho da Batalha.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação por escrutínio secreto e tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal procedido à chamada dos membros da Assembleia para deporem o seu voto na urna, tendo António Manuel de Sousa Pires declarado que não iria votar atendendo ao que havia sido dito pelo senhor Presidente da Câmara, tendo o mesmo sido **aprovado por 18 (dezoito) votos a favor, 3 (três) votos contra e 5 (cinco) abstenções.**-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, pediu a palavra para declarar nunca ter sido tão maltratado em lado nenhum, comentando o facto de o senhor Presidente da Câmara dizer que só tem respeito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia e dirigindo-se-lhe disse que continuava a ter respeito por ele porque ele foi eleito pelos portomosenses, e o que ele, Presidente da Câmara, não pode de forma alguma é ignorar o voto que ele representa nesta sala, não lhe reconhecendo o direito de o impedir de dar a sua opinião e de exercer o seu direito.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** pediu a palavra para responder ao anterior interveniente tendo dito que, disse que os Presidentes de Junta merecem o seu respeito porque eles é que trabalham diariamente no terreno, mas que não disse que não tinha respeito pelos outros membros da Assembleia. Disse ainda que os membros da assembleia tem o direito de votar, não têm é o direito de alterar as propostas do executivo, porque é este quem governa, tendo os vereadores sido eleitos para isso. Reiterou ainda que a assembleia não tem o direito de vir para aqui tentar alterar todas as propostas que o executivo vem apresentar. Referindo-se depois ao cartão-jovem, disse que o mesmo esteve em discussão pública, não tendo ninguém apresentado qualquer proposta de alteração.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de que a mesa recebeu um novo requerimento, desta vez apresentado pelas bancadas dos Partido Socialista e Partido Popular, que passou a ler e que a seguir se transcreve:-----

-----Exmo. Senhor-----

-----Presidente da Assembleia Municipal-----

-----de Porto de Mós-----

-----Os deputados municipais do Partido Socialista e a deputada municipal do P.P., D^a Antonieta Mariano vem por esta forma e ao abrigo do artigo 32^o, alínea d) propor a esta Assembleia Municipal, um voto de confiança no executivo municipal.-----

-----Porto de Mós, 21 de Setembro de 2007. (Assinaturas)-----

-----Seguidamente pôs a discussão a presente moção tendo **José António Sousa Calado do PSD**, usado da palavra e referido que não está em causa o normal desenrolar da actividade municipal, pelo que não se justifica a apresentação de uma moção de confiança ao executivo, pelo simples facto de ele não ser objecto de desconfiança. O executivo municipal foi eleito por maioria e tem toda a legitimidade para governar durante quatro anos.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD)**, disse que não concorda que o voto de confiança tenha sido proposto, porque, e que tenha conhecimento, o executivo camarário não cometeu nenhum delito nem cometeu nenhuma acção que ponha em causa a sua continuidade, razão pelas quais disse não perceber a razão da apresentação do mesmo. Acrescentou ainda que nem o voto de confiança dá mais força à Câmara nem o voto de censura faz cair a Câmara, pelo que esta apresentação não faz qualquer sentido. Disse ainda e para terminar, que nunca se pôs em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causa a Câmara mas sim algumas propostas que a mesma apresentou e que este grupo municipal achou que poderia/deveriam ter outros valores, dizendo ainda que é para isso que os membros da assembleia aqui estão.-----

-----Foi **posta a votação por escrutínio secreto**, tendo António Pires (PSD) voltado a renunciar ao seu direito de voto. Terminada a votação e feita a contagem dos votos, foi a **moção de confiança ao executivo, aprovada por 16 (dezasseis) votos a favor, 3 (três) votos contra, 2 (dois) votos brancos e 4 (quatro) abstenções**.-----

-----**4. Recomendação à Câmara Municipal no sentido de assumir uma atitude pró-activa no cumprimento ao Decreto Lei 195/99 de 8 de Janeiro, alterado pelo Decreto Lei nº 100/2001 de 2 de Abril;**-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia** passou a explicitar razão de tal recomendação, fazendo o histórico da situação e dizendo tal se refere à devolução das cauções que em determinada altura os munícipes tiveram que pagar aquando da realização dos contratos de fornecimento de água e que por alteração legislativa se decidiu que seria devolvidos aos mesmos. Assim a pretende-se que a Assembleia faça à Câmara Municipal uma recomendação no sentido de desta assumir uma atitude pró activa, no sentido da devolução desses montantes aos munícipes contactando-os de todas as formas possíveis para que estes tenham conhecimento de que esses montantes estão a pagamento, tanto mais que os valores que não forem eventualmente devolvidos, nem sequer reverterão a favor dos cofres da autarquia.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara**, disse que registava a Recomendação, mas que desde já avisa que não irá executá-la de imediato porque não há necessidade disso, dado que se gastaria muito dinheiro, estando-se a falar de 1500 cauções. Informou ainda que na sequência da publicação dos editais, que foram remetidos para afixação nas Juntas de Freguesia, e que foram publicados em jornais nacionais e regionais, está-se neste momento a assistir diariamente ao pedido de várias dezenas de pedidos de restituição da caução. Assim quando se estiver mais próximo do fim do prazo, concorda com o envio de cartas a alertar os retardatários que serão já um valor residual.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a insistir na necessidade de se enviar uma circular aos munícipes que tenham o direito de ser ressarcidos.-----

-----Foi seguidamente posta a votação por escrutínio secreto, tendo **António Pires (PSD)** renunciado ao seu direito de voto, tendo a mesma sido **aprovada por 16 (dezasseis) votos a favor, 6 (seis) votos contra e 3 (três) abstenções**.-----

-----**5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a enunciar as actividades que a Câmara tem vindo a desenvolver no período que medeia desde a última sessão desta Assembleia Municipal, tendo dito que não irá ler o documento distribuído aos membros desta Assembleia dado o adiantado da hora e passando apenas a salientar alguns pontos, tais como estar em fase de adjudicação a estrada do Andam/Juncal, estando projectado o seu alargamento bem como a realização de uma rotunda e ainda o alargamento da ponte. Disse ainda estarem adjudicados alguns metros de passeios na Ribeira de Baixo. Referiu ainda que a 2ª fase da Zona Industrial de Porto de Mós, está quase concluída, dizendo que em ano e meio se conseguiu fazer tanto como se fizeram nos últimos vinte anos em termos de zona industrial, com uma vantagem, enquanto as obras anteriormente eram financiadas, neste momento, as obras estão a ser custeadas cem por cento pela Câmara Municipal de Porto de Mós, com excepção do empréstimo que foi pedido e que tem a ver com a 3ª fase, terminando por dizer que já há oito empresas para ali se instalarem, algumas delas com escrituras já marcadas para a semana que vem. Quanto à 3ª fase da zona industrial, disse que já há terrenos comprados até à Estrada Nacional Nº 1, estando prevista a desmatação daquela zona, dentro de muito pouco tempo. Continuou elencando os diversos trabalhos em curso e que constam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da informação que foi antecipadamente distribuída pelos diferentes membros desta Assembleia. ----

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----
-----Usou da palavra para referir que quanto ao problema dos buracos na estrada Andam/Juncal, os mesmos foram tapados. Disse ainda que até compreendia os não à moção de confiança, e que até podem tentar cortar as receitas, mas que a obra do executivo existe e é bem evidente até em tempo de férias.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD),** disse congratular-se por ver aqui várias iniciativas a levar a efeito na freguesia do Juncal, mas diz constatar que existem aqui várias repetições relativamente a informações anteriores. Quando se fala aqui em vários alcatroamentos, disse que gostaria de chamar a atenção para o Canto da Cumeira. Falou ainda dos passeios que foram prometidos, a seguir ao Ecomarché da Cumeira e que constam do Orçamento para 2007, que deveriam estar concluídos até ao final do ano e que ainda não foram começados. Perguntou ainda quando é que começa a construção na zona Industrial do Juncal, numa altura em que já se fala de outra zona industrial. Chamou ainda a atenção para o Centro Paroquial comentando a necessidade de uma intervenção naquele. No que se refere à educação disse que não se fala no documento em nada do que estava previsto na Carta Educativa, relativamente ao Juncal, nomeadamente quanto às salas que tinham que ser feitas com urgência. Referiu ainda que também não se fala em saúde e o Centro Médico do Juncal também aqui não aparece.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----
-----Regozijou-se com os trabalhos efectuados na Casa Velório do Juncal e salientando a sua necessidade. Fez ainda referência à estrada da Portela, tendo dito que passou lá e verificou que está a ser alvo de uma grande intervenção. Congratulou-se mais uma vez pelas obras que estão a ser levadas a efeito no Rio Lena, parabenizando o executivo.-----

-----**José António Sousa Calado (PSD):** Sugeriu a pintura de sinalização na estrada no cruzamento para o Campo de futebol, atendendo à periculosidade da zona. Referiu-se depois à forma deficiente como algumas actividades promovidas pela Câmara Municipal têm vindo a ser divulgadas, sugerindo algumas soluções. Mencionou ainda a prova de Down Town que foi um grande sucesso mas que a Câmara Municipal deveria dar alguma contrapartida ao cidadão que pratica a modalidade em Porto de Mós, e mencionou a grande quantidade de jovens que em Alqueidão da Serra e em Porto de Mós, pratica a modalidade e viram inviabilizada a sua participação. Disse que era bom que a Câmara quando apoiar estas provas, exija que haja uma pista alternativa para que esses jovens possam participar, uma vez que a Federação pouco se importa com eles. Fez ainda algumas sugestões no que se refere ao Parque Infantil, junto ao rio, bem como a construção de outros parques em diferentes zonas da vila.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a usar da palavra e respondendo ao anterior interveniente, disse que já está adjudicada a remodelação do parque infantil, cujos trabalhos começarão já na próxima semana.-----

-----Relativamente à remodelação da conduta de água, disse que a dimensão das condutas já prevê que entre Alcaria e o Livramento, se possa de futuro abastecer parte de vila de Porto de Mós, como alternativa, ligando a malha a partir do sistema da EPAL. Adiantou ainda que tanto Porto de Mós, como a Batalha estão a dialogar com a EPAL no sentido de reforçar o abastecimento de água ao concelho a partir de Castelo de Bode.-----

-----A **Luís Almeida** respondeu que quanto ao facto de nesta informação se contemplarem obras que já haviam sido referidas em informações anteriores, respondeu que assim é por se tratarem de obras que estão em curso prolongando-se ao longo do tempo.-----

-----Agradeceu depois as palavras de **Maria Antonieta Mariano**, dizendo que efectivamente a estrada da Barrenta estava em muito mau estado.-----

-----Relativamente à participação de jovens não federados no BTT, respondeu ainda que isso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não é muito fácil pois são actividades que carecem de seguros, exames médico e outros, dizendo não ser possível face à lei.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Carlos Moleano:

Interpelou o senhor Presidente da Câmara perguntando, acerca da intervenção na estrada da Portela, querendo saber concretamente que tipo de intervenção será feita.

Perguntou ainda sobre as obras que estão a ser efectuadas no rio Lena, junto do clube, querendo saber se as obras se ficarão apenas pelo arranjo do muro ou se existe intenção de arranjar os açudes ou espelhos de água.

Manuel Carlos António:

Usou da palavra para referir um lugar em que acontecem muitos acidentes, pedindo a intervenção da Câmara para solucionar aquela situação.

O senhor Presidente da Câmara respondeu a este último, dizendo que essa é uma situação que já é do seu conhecimento, dizendo que será um lugar que irá ser intervencionado.

Ao primeiro interveniente, respondeu que a estrada da Portela está a ser objecto de intervenção relativamente ao seu alargamento e correcção, estando também prevista a execução de valetas.

Quanto ao Rio Lena, junto do clube, disse não poder prometer que o espelho de água será executado para já, dizendo ainda que está nos seus horizontes, assim que o tempo o permita.

MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:

Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações referentes aos pontos seguintes da ordem de trabalhos, **Fixação da Taxa da Derrama; Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; Regulamento Municipal sobre o Cartão Jovem** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 2.30 do dia 22 de Setembro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.